

Simão Grande do Sul. Pedro Simon, do Depoimento a Sub-comissão dos Estados da Constituição, que tenta junto ao governo Federal a liberação de C\$ 75 bilhões para a rolagem da dívida estadual da ordem de C\$ 411 bilhões.

Simon, governador de um estado "que já foi rico e está ficando pobre", pregou o fortalecimento do princípio federativo, com a destinação de recursos a estados e municípios suficientes para o cumprimento de suas competências. "Heje, falar em Federação no Brasil é ficção. Há uma superposição de atribuições e um excessivo número de órgãos. Os recursos arrecadados ficam nas mãos da União e governadores e prefeitos perdem um ano de seus mandatos mendigando o que

devia ser direito deles", salientou.

A missão da nova Constituição é enxugar esta máquina, *redefinir as atribuições e descobrir uma fórmula tributária* na qual o governo federal não precise fazer caridade. Para que esta dependência política de vir aqui pedir pelo amor de Deus? — Questiona o governador do Rio Grande do Sul. Segundo ele, no Brasil de hoje ganha mais verbas o administrador que for "mais simpático" ao governo federal, mesmo que ele precise menos.

Além da redistribuição dos tributos, Simon defende a reforma administrativa, porque, segundo ele, "com este regime híbrido, onde ninguém e respon-

da Agricultura, uma comissão territorial seria favorável ao país. A Sub-comissão dos Estados já tem propostas para a criação de quatro novas unidades: Maranhão do Sul, o Tocantins, o de Tapajós e o de Santa Cruz, com a respectiva divisão do Maranhão, de Jona, do Pará e da Bahia. "O desenvolvimento passa por uma maior divisão territorial, desde que não cause brigas interestaduais", alertou.

Por fim, Simon defendeu a punição dos crimes contra o patrimônio público, lembrando que no Brasil ninguém vai para a cadeia por roubar muito. "São são punidos os que roubam pouco. Como mandar para a cadeia um projeto que gasta mal, num país onde o ilícito é permanente e todo mundo gasta mal?"

nação da próxima semana. Ainda disso, ele terá que se preparar para enfrentar o PFL e PDS, que só aprovaram o projeto depois de uma negociação. Os demais partidos não pretendem se opor, mas criticam severamente a atuação do partido majoritário, "que por seu gigantismo não consegue se organizar para apreciar matéria de tamanha importância".

Na quarta-feira passada, o projeto enviado pelo Executivo entrou no ordem do dia, mas não pode ser vetado pois apenas 130 parlamentares se encontravam em plenário — eram necessários, no mínimo, 227. A verificação de voto foi solicitada pelo PTB por ter rejeitado a conduta do relator, deputado José Tavares, que não consultou as lideranças partidárias sobre as emendas propostas.

O relator rejeitou a maioria das propostas. Quase todas previam a equiparação dos proventos do trabalhador rural e urbano, e o direito de aposentadoria da mulher camponesa. As únicas emendas que foram aceitas são de autoria dos deputados Luiz Henrique e Paulo Macarini (PMDB-SC) e isso, para as outras lideranças, é motivo suficiente para indicar uma preferência às propostas peemedebistas.

Responsabilidade

Todos os partidos, inclusive o PFL, apontam a falta de estrutura interna do PMDB como causa destes atropelos. O líder do PCB, Roberto Freire, afirmou que o partido majoritário não precisaria sequer pensar em fazer acordo, já que possui 305 parlamentares. "Mas essa é uma bancada totalmente dividida e o PMDB, enquanto não tomar consciência que precisa do apoio de todos nós, não conseguirá aprovar projeto algum".

No PTB a ideia é a mesma. Só que o líder, deputado Gastoni Righi, vai mais longe e diz que, para fechar qualquer acordo, o PMDB tem que estar disposto a estudar melhor as propostas dos outros partidos.

Acaba prazo de sugestão de normas

Termina hoje o prazo para apresentações de sugestões sobre normas constitucionais, de acordo com o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte.

No próximo dia 11, o relator de cada subcomissão (num total de 24) deverá apresentar relatório com anteprojeto, que será discutido durante cinco dias — para o que será impresso e distribuído em avulsos. Durante este prazo, o anteprojeto receberá emendas apresentadas pelos membros da subcomissão.

No próximo dia 19 encerra-se a fase de discussão, quando o relator terá cinco dias para emitir seu parecer, a ser votado até o dia 25 de maio — prazo para encaminhamento do anteprojeto à comissão temática.

Na comissão, a matéria terá tramitação semelhante à da subcomissão, estando previsto para o dia 8 de junho a apresentação do relatório, com anteprojeto substitutivo do relator. Dia 15 de junho encerra-se o exame da matéria pela comissão, quando o anteprojeto deverá ser encaminhado à Comissão de Sistematização, encarregada de compatibilizar o trabalho realizado pelas oito comissões temáticas e elaborar o preâmbulo do projeto de Constituição a ser apreciado pelo plenário da Constituinte.

Crise dará força à lei, diz Brossard

"Tenha o nome que tiver, reforma ou emenda, deve-se fazer com que a lei constitucional, não seja elaborada ao sopro de uma crise. Precisa ser provada, e é ao sabor da crise que a lei constitucional adquire vitalidade". O comentário do ministro da Justiça, Paulo Brossard, foi feito ontem durante palestra na Subcomissão de Garantia da Constituição-Reforma e emendas do Senado.

Segundo o ministro Brossard, poderia-se estabelecer até mesmo que a cada dez anos uma comissão estudassem a Constituição, podendo sugerir modificações, pois pode ocorrer que certas normas envelheçam.

Ao ser indagado se a nova Constituição deve ser analítica ou sintética, Brossard respondeu: "A Constituição deve conter o que for necessário, não sou fanático por números.

Reale Júnior sugere semi-presidencialismo

Uma proposta de sistema de governo semi-presidencialista, em que o primeiro-ministro não seria o chefe do governo mas um auxiliar do presidente da República e um delegado do Legislativo, foi apresentada ontem a subcomissão do executivo pelo jurista Miguel Reale Júnior, principal assessor do presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães.

Reale Júnior é contrário à ideia de um sistema parlamentarista misto, à semelhança dos moldes francês e português, em que a figura do primeiro-ministro se sobrepõe em poder à do presidente da República.

A proposta de Reale Júnior contrasta com a de parlamentarismo misto que foi aprovada pela Comissão de Estudos

Constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos. Em linhas gerais, defende os seguintes pontos: o poder executivo é exercido pelo presidente da República, auxiliado pelo primeiro-ministro e pelos ministros de Estado.

Reale defendeu a eleição direta do presidente da República, o qual indicaria o primeiro-ministro, mediante aprovação dos partidos políticos e do Congresso, passível de destituição nas mesmas circunstâncias. Seu projeto cria o Conselho da República, integrado pelo presidente, o primeiro-ministro e os ministros da Marinha, Exército, Aeronáutica, Justiça e os presidentes e líderes da maioria na Câmara e Senado.

Diap quer redução de mandato dos senadores

A Subcomissão do Poder Legislativo, que integra a Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo presidida pelo deputado Bocayúva Cunha (PDT/RJ), ouviu o presidente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Ulysses de Rezende, na audiência pública realizada ontem. Rezende manifestou-se a favor do estabelecimento de uma democracia direta, mediante consultas populares sobre temas relevantes, com o uso da informática e seus recursos modernos.

Ulysses Rezende preconizou a redução do mandato dos senadores, considerando que o período de oito anos "é anti-democrático"; a extinção dos decretos-leis, do voto de lide-

rança e da aprovação dos projetos por decurso de prazo.

O representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Amauri Temporal, também participou da audiência pública e contradiu Ulysses Rezende, afirmando que predefereção por um regime de democracia representativa, na qual se exerça a gestão da coisa pública, através de estreita ligação entre governantes e governados.

Outro palestrante ouviu foi o presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), vereador João Bosco, que sugeriu a substituição do regime presidencialista por um sistema mais democrático, que assegure a divisão de responsabilidades entre os poderes.

Subcomissão se reúne com apenas 3 membros

Na reunião de ontem cedo da Subcomissão da Legislação e Partidos Políticos da Constituinte, poucos partidos tiveram interesse em se fazer presentes através de seus representantes. Apenas o senador Jarbas Passarinho, do PDS, o presidente nacional do PTB, Paiva Muniz, e o jornalista Fernando Gabeira, do Partido Verde, participaram da reunião, e defenderam teses de deliberação da Justiça Eleitoral, de direito à informação e até a concessão de canais de rádio e televisão aos partidos políticos.

O representante do PTB, fez críticas à interferência da Justiça Eleitoral na organização partidária. Defendeu ainda que a escolha de candidatos a cargos

proporcionais e majoritários seja com percentuais de 50 por cento em eleições primárias e 50 por cento dentro do atual esquema de convenções.

Quanto à utilização da televisão, Paiva Muniz, deixou bem claro que tanto os canais de televisão comerciais, como as de rede pública, deveriam ficar não apenas com a responsabilidade de exibição da propaganda eleitoral gratuita, como também produzir gratuitamente todo material. Entende o presidente do PTB, que seria uma forma de democratizar e dar oportunidades iguais aos partidos.

O senador Jarbas Passarinho também criticou a interferência da justiça eleitoral.

Para índio, Calha Norte será seu fim

Terra e respeito às diferenças culturais. Estas foram as principais reivindicações feitas ontem pelas lideranças indígenas que prestaram depoimento na Subcomissão de Minorias da Assembleia Constituinte.

Os índios Gilberto Makuxi e Davi Yanomami, de Roraima, nos seus depoimentos, protestaram contra a implantação do projeto Calha Norte, elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional. O projeto, que abrangia uma área de seis milhões de quilômetros na fronteira norte, entre Amapá e Amazonas, foi classificado por Davi Yanomami como «a morte dos índios». Eles protestaram ainda contra o uso do subsolo de seus territórios por parte das empresas mineradoras.

A Subcomissão de Minorias visitou ainda o presidio da Papuda de Brasília e, durante toda a manhã, ouviu líderes indígenas de diferentes regiões do país.

O desaso dos constituintes pela Subcomissão de Minorias foi a tônica dos depoimentos. Apenas três parlamentares estiveram presentes constantemente.

O professor Eduardo Viveiros de Castro, doutor em Antropologia na Universidade do Rio de Janeiro, convidado a depor, protestou também contra a presença «invisível» do Conselho de Segurança Nacional, que tudo decide na questão indígena.